

## ASSOCIAÇÕES E DEMOCRACIA

### Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?

*Pedro Moura Ferreira*

O objectivo do texto consiste em confrontar a tese de que o associativismo voluntário constitui um espaço de socialização cívica, política e cultural no contexto do associativismo juvenil português, enquadrando-se numa discussão antiga, que remonta pelo menos a Tocqueville, sobre o papel das associações voluntárias no funcionamento e na consolidação da democracia.<sup>1</sup> Em resenha recente, Fung (2003) identifica seis contribuições das associações para a dinamização da vida democrática. A primeira tem a ver com o facto de a existência das associações ser ela mesma a manifestação de um dos princípios fundamentais da democracia — a liberdade de expressão. A segunda destaca as associações enquanto espaços de socialização cívica, política e cultural. No seguimento desta socialização surge a possibilidade de as associações poderem assumir um papel de contrapoder às manifestações ilegítimas da autoridade do estado ou da concentração de interesses. A função de representação de interesses junto dos decisores políticos é outra razão que pode interferir na qualidade da democracia. A quinta contribuição, do agrado dos proponentes da democracia deliberativa, distingue as associações como uma das componentes do espaço público em que a deliberação colectiva pode ocorrer. Finalmente, a sexta contribuição justifica, segundo Fung, o envolvimento directo das associações em determinados domínios do *welfare* como forma de ultrapassar algumas limitações no plano dos *outputs* da acção governamental e de reduzir o défice de participação dos cidadãos nos *inputs* da governação. Tendo presente este quadro alargado de razões que justificam a importância da relação entre o associativismo e a democracia, a perspectiva que será aqui privilegiada assenta essencialmente na segunda contribuição, ou seja, no papel das associações enquanto escolas de democracia, sublinhando-se deste modo a importância da função de socialização cívica, política e cultural que desempenham (Robteutscher, 2000; Warren, 2001).

Mas de que forma as associações exercem essas funções de socialização? De que modo as atitudes, as capacidades e os desempenhos dos seus membros contribuem para o bom funcionamento democrático da sociedade? Um dos argumentos a favor do efeito benéfico das associações sustenta que a acção associativa ao longo do tempo inculcaria nos indivíduos um conjunto de virtudes (valores) cívicas consistentes com a prática e os princípios democráticos, como o respeito pelo bem público, os hábitos de cooperação, o respeito pela lei e pelos outros, a predisposição para participar na vida pública, a confiança e os sentimentos de auto-eficácia. Na mesma linha, outro argumento privilegia uma dimensão diferente, assinalando

---

1 Uma versão deste artigo foi apresentada no III Congresso Latino-Americano de Ciência Política.

que as associações, mais do que inculcarem virtudes cívicas, desenvolveriam de facto as competências e as capacidades sociais dos indivíduos. Na medida em que facilitam a aquisição e o exercício de técnicas de organização, de condução de reuniões, de comunicação pública e de argumentação, as associações habilitariam os indivíduos para o exercício da acção pública e política. Apesar de sublinharem aspectos distintos, os dois argumentos convergem no sentido de defenderem o associativismo como um veículo fundamental de promoção da cidadania.

Esta visão optimista da relação entre o papel das associações e o desenvolvimento da democracia tem, porém, sido sujeita a várias críticas. A questão central é saber se o facto de as pessoas se juntarem conduz à boa cidadania (Theiss-Morse e Hibbing, 2004). Há bons motivos para se duvidar. As associações têm naturezas muito diferentes e, conseqüentemente, a contribuição que prestam para o desenvolvimento democrático dependerá do tipo de organização, dos valores e mesmo das actividades que sustentam. Por exemplo, existem associações cujos objectivos não marcham a favor da cidadania democrática ou cuja organização está longe de constituir um modelo de democracia; outras recrutam com base em critérios de homogeneidade social, não se vislumbrando como podem deste modo contribuir para a promoção da confiança generalizada; outras ainda inserem as pessoas em acções de voluntariado social mas afastam-nas da acção política. Estas objecções conduzem a que pelo menos não se postule *a priori* um benefício inquestionável do associativismo para a vida democrática.

Conforme referimos, o propósito da análise que se apresenta consiste em explorar a contribuição do associativismo para o desenvolvimento de uma cultura cívica (Almond e Verba, 1963) na população jovem portuguesa. Essa contribuição, de acordo com o ponto de vista das posições que defendem o efeito benéfico das associações, deverá reflectir-se nas práticas e nas atitudes face à cidadania, diferenciando entre jovens associados e não associados (McFarland e Thomas, 2006; Viegas, 2004). Se a verificação dessa diferença é fundamental na sustentação do papel positivo das associações, existem outros aspectos que precisam de ser explorados, tendo em conta as críticas que relativizam, e em alguns casos anulam, o efeito benéfico das associações.

Um ponto que necessita de ser ponderado tem a ver com a relação entre o envolvimento associativo, quer em intensidade (frequência) quer em duração (continuidade no tempo), e as práticas e as atitudes face à cidadania. Se uma das causas do efeito benéfico produzido pelas associações radica na função de socialização, é de esperar que se verifique um reforço da cultura cívica em função do envolvimento associativo. A confirmação desta relação tenderá a sugerir que essa função de socialização tem, de facto, um impacto efectivo.

Um outro criticismo, ainda que não ponha em causa a existência de um efeito benéfico, chama a atenção para as diferenças que existem nas contribuições das associações para a vida democrática. Coloca no fundo a questão de saber se todas elas são iguais (Stolle e Rochon, 1998). Existem duas vertentes a considerar. A primeira indaga a relação das associações com os seus membros, ou mais especificamente com o tipo de envolvimento que lhes é solicitado. A segunda vertente questiona a contribuição das associações em função das actividades, dos valores ou do tipo de organização que promovem.

Do ponto de vista das relações com os membros, uma diferença fundamental entre as associações radica no envolvimento activo ou passivo que suscitam e nos efeitos diferenciados que daí resultam em termos de cultura cívica. Um associativismo passivo terá certamente menos oportunidades para promover a socialização cívica, política e cultural do que um associativismo activo que envolva de forma plena todos os membros na vida da associação. Ainda que fosse desejável contemplar outros aspectos diferenciais das associações, como o tipo de valores, as estruturas autocráticas ou democráticas de organização, os dados de que dispomos obrigam a circunscrever a avaliação da contribuição benéfica da associação ao envolvimento activo ou passivo dos seus membros. Neste sentido, a diferenciação entre associações desportivas e não desportivas parece crucial para a análise dos efeitos que resultam do envolvimento associativo, na medida em que a pertença a uma associação desportiva significa na maior parte das vezes apenas uma prática de desporto sem uma relação efectiva com a organização e a vida associativas. O membro da associação desportiva revê-se mais numa posição de “cliente” do que na de associado “activo”.

A segunda vertente da questão sobre a equivalência das contribuições das associações coloca em evidência alguns efeitos nefastos que a acção associativa pode provocar em termos do desenvolvimento de uma cultura cívica. A adesão a determinados valores associativos mesmo que promova uma acção cívica meritória pode afastar os membros da associação de uma participação mais ampla no espaço público, em especial da dimensão política. Quer porque assumam uma atitude crítica em relação à acção política, por vezes sustentada em considerações morais, quer porque receiem o efeito de divisão que a intromissão das questões políticas suscita, as associações podem inibir a socialização política, não facilitando deste modo a participação no espaço político. Este acantonamento intencional à acção cívica tem sido observado em associações que se dedicam ao voluntariado social, inclusive no meio juvenil (Walker, 2002). Neste sentido, em ordem a explorar a hipótese de que a participação cívica pode não acompanhar a participação política, procurou-se comparar as manifestações da cultura cívica dos jovens que exercem de algum modo práticas de voluntariado social com as dos outros jovens associados. A possível sobreposição conceptual entre voluntariado social e associativismo foi contornada procurando restringir o voluntariado ao trabalho de auxílio aos outros sem qualquer compensação monetária (Wilson, 2000). A comparação entre os dois grupos permitirá descortinar se, de facto, o envolvimento cívico que resulta das práticas de voluntariado social pode, em alguns casos e em contracorrente com a tendência geral do associativismo, inibir a participação política e restringir o acesso a uma cidadania plena.

Por último, exploraremos os impactos de determinadas variáveis “estruturais”, designadamente o nível de instrução e a classe social, não apenas enquanto variáveis de controlo, como também pelas implicações que podem ter no plano teórico. Com efeito, sendo conhecida a relação entre a participação, as atitudes políticas e mesmo as práticas de voluntariado e as variáveis como a classe ou o nível de instrução, importa averiguar se as variáveis “estruturais” estão também presentes, e eventualmente de forma mais acentuada, nas pertenças associativas. Porque, a

verificar-se essa relação, poder-se-á supor que o efeito benéfico na cultura cívica induzido pela prática associativa se fique também a dever à influência exercida por essas variáveis. Por outras palavras, a cultura cívica dos jovens associados seria pelo menos parcialmente explicada pelas posições sociais que esses mesmos jovens ocupam na sociedade.

### Medidas e dados

Do ponto de vista metodológico, os dados em que se apoia a análise resultam de uma investigação sobre o associativismo juvenil e a cidadania política dos jovens portugueses. A recolha de dados baseou-se na realização, em 2004, de um inquérito extensivo a uma amostra representativa de jovens entre os 15 e os 29 anos, residentes em Portugal continental em localidades com dez ou mais fogos. A dimensão final da amostra foi de mil entrevistas.<sup>2</sup>

Considerando as variáveis envolvidas na análise, é necessário referir três tipos de variáveis: o primeiro envolve as pertenças associativas; o segundo pondera os efeitos benéficos do associativismo; e o último refere as variáveis estruturais. A descrição mais pormenorizada de cada tipo de variáveis é feita a seguir.

Por pertenças associativas entende-se um conjunto de indicadores relativos à prática associativa. O primeiro deles refere, como é óbvio, a pertença associativa do inquirido, qualquer que seja o grau de formalização da relação que estabelece com a associação. O segundo indicador distingue entre as pertenças desportivas e as não desportivas, permitindo avaliar os efeitos diferenciados que as associações produzem em função dos objectivos e das actividades que promovem. Por último, reteve-se igualmente um indicador relativo ao voluntariado social, isto é, a pertença a associações que desenvolvem um trabalho de ajuda aos outros sem retribuição ou compensações monetárias dos seus membros. Estas associações representam um sector mais restrito do universo associativo.<sup>3</sup>

Os efeitos benéficos que as pertenças associativas exercem em termos de cultura cívica são observados e medidos, quer ao nível das práticas quer ao nível das atitudes e das representações. Do lado das primeiras, são contemplados três indicadores: o exercício eleitoral, a participação em actos políticos não formais, como assinar uma petição ou contactar um político, e o envolvimento na acção comunitária. Do lado das atitudes e das representações, os indicadores surgem em número bastante mais elevado, razão pela qual aparecem reunidos em torno de três categorias. A primeira envolve o sentido das responsabilidades e obrigações cívicas que se traduz nos “deveres” em relação aos outros, à comunidade e à sociedade (por exemplo, quando os inquiridos consideram ser um dever participar no melhoramento da sociedade ou empenharem-se na resolução dos problemas da comunidade). A segunda categoria reúne um conjunto de atitudes que convoca de algum

---

2 Informações mais pormenorizadas sobre o processo de amostragem e a metodologia do estudo constam do anexo 1.

3 As perguntas que integram cada um dos indicadores podem ser consultadas em anexo.

modo uma definição mais alargada do conceito de capital social (Paxton, 2002), que não o restringe apenas à “capacidade de os actores assegurarem benefícios em virtude da pertença a redes sociais ou outras estruturas sociais” (Portes, 1998: 6). Com efeito, autores como Putnam (2000) entendem que o capital social se reflecte em dimensões sociais como o número de leitores de jornais, a percentagem de pessoas associadas ou no nível de confiança existente na sociedade. Ora é precisamente em torno da questão da confiança que se agrupam os três indicadores desta categoria: a confiança nos outros, o optimismo em relação ao futuro do país e a autoconfiança em relação à acção política. Por último, a terceira categoria de atitudes situa o inquirido em relação ao universo da política e contempla a avaliação que os jovens fazem da democracia, da sua capacidade de intervenção política e do interesse que a própria política lhes suscita.

As variáveis “estruturais” fazem-se representar, como referido, pelo grau de instrução e a classe social, e será através delas que o efeito benéfico supostamente induzido pelas pertenças associativas será controlado, tendo em consideração as correlações positivas que estabelecem com as atitudes políticas e cívicas. O eventual efeito benéfico das associações terá de ser assim contemplado à luz da relação entre as pertenças associativas, a instrução e a classe social.

### **Pertença associativa e cultura política**

A primeira hipótese que procuraremos explorar avalia o impacto da pertença associativa no exercício da cidadania democrática. Começaremos por referir que o associativismo tem uma expressão algo limitada na sociedade portuguesa: apenas um em cada quatro entrevistados se mostrou de algum modo identificado com a actividade associativa, em especial com a desportiva que mobiliza o conjunto mais significativo de jovens.

Tendo em atenção que nos reportamos a universos numéricos bastante distintos, as diferenças que se verificam entre jovens associados e não associados são bastante dilatadas, quer no plano das práticas quer no das representações sociais. Os três indicadores de participação revelam, no geral, um efeito favorável das pertenças associativas (quadro 1). Com efeito, os jovens associados têm uma presença mais assídua nos actos eleitorais (47, 5%, contra 33, 9%)<sup>4</sup> e envolvem-se mais frequentemente em acções voluntárias na comunidade (15, 6%, contra 2, 8%), mas no que respeita ao envolvimento em actos políticos, cuja frequência se situa abaixo de duas acções, não se diferenciam dos jovens não associados. Seja como for, a prática associativa revela uma presença mais visível no espaço público.

Este maior protagonismo público dos jovens associados é também acompanhado por um conjunto de disposições favoráveis aos outros, ao bem comum e à

---

4 O facto de a percentagem da participação eleitoral atingir valores francamente baixos não se deve apenas à abstenção, que alcança valores bastante expressivos, mas também à não exclusão dos grupos etários que ainda não alcançaram a idade legal para se poder exercer o direito de voto (18 anos).

**Quadro 1** Associativismo e cultura cívica

Práticas	Sem pertença associativa		Pertença associativa	
	Média	%	Média	%
Participação eleitoral		33,9		47,5
Participação política *	1,0		1,4	
Participação comunitária (últimos 12 meses)		2,8		15,6
<i>Atitudes cívicas</i>				
Devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade		74,2		82,3
Trabalho voluntário na comunidade para resolução de problemas		56,3		62,9
Deveres cívicos**	6,3		6,9	
Deveres políticos **	5,3		5,9	
Deveres de solidariedade social **	5,2		5,4	
<i>Atitudes relacionadas com o capital social</i>				
Sente optimismo em relação ao futuro do país		23,9		27,8
Pode-se confiar na maioria das pessoas		20,7		28,0
Sentimentos de autoconfiança ***	2,1		2,5	
<i>Atitudes políticas</i>				
A democracia é a melhor forma de governo		68,6		75,5
Satisfação com a democracia		41,9		51,9
Desafecção política****	4		3,7	
Competência política****	2,6		2,9	
Interesse pela política		25,6		47,6

(\*) Escala de 1 a 3 (1. Sem participação; 2. Participação em 1 ou 2 acções; 3. Participação em 3 ou mais acções).

(\*\*) Escala de 1 a 7 (1. Nada importante e 7. Muito importante).

(\*\*\*) Escala de 1 a 4 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Alta; 4. Muito alta).

(\*\*\*\*) Escala de 1 a 5 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Mais ou menos alta; 4. Alta; 5. Muito alta).

As percentagens referem-se à modalidade de resposta "Sim". As variáveis são dicotómicas.

responsabilidade colectiva. É certo que as diferenças são em alguns casos mais expressivas do que noutros, mas todos eles mostram que o associativismo marca uma diferença nessas disposições. É possível identificar nos jovens associados um sentido de responsabilidade colectiva mais consolidado e uma consciência de "dever" mais acentuada. Por isso se sentem mais responsáveis pelo melhoramento da sociedade, mais empenhados no trabalho voluntário comunitário e mais dispostos a aceitarem uma concepção de cidadania que implica a existência de deveres cívicos, políticos e de solidariedade social.

Este sentido de "dever" e de responsabilidade colectiva abarca naturalmente o campo político. O associativismo parece implicar uma imbricação mais intensa com o funcionamento político das instituições. A pertença associativa promove uma identificação mais directa com a democracia, que se traduz na sua valorização enquanto forma de governação e na satisfação com o seu funcionamento, ao mesmo tempo que contribui para o *empowerment* político dos indivíduos. Só assim se percebe que os jovens associados pontuem mais alto na escala da competência política e mais baixo na da desafecção política, e sobretudo

manifestem um interesse bastante mais acentuado pela política (47,6%, contra 25,6%), apesar de esse interesse estar longe de suscitar um entusiasmo generalizado nos jovens.

Os dados analisados vão ao encontro da hipótese de que a vida associativa juvenil traz benefícios para a democracia e para a afirmação da cidadania, pelo que importa agora aprofundar em que medida esses benefícios variam em função da qualidade da participação. Para se medir a qualidade da participação associativa juvenil recorreu-se, por um lado, à frequência da prática associativa e, por outro, à pertença múltipla, ou seja, o número de associações a que um jovem está vinculado. A importância de averiguar essas duas questões parece óbvia. Se as associações são escolas de democracia então o envolvimento associativo tem de se traduzir numa cultura cívica mais desenvolvida. É precisamente esta hipótese que iremos agora avaliar, tendo em atenção que o universo sob inquirição apenas abrange os jovens associados.

A ventilação dos três níveis de frequência da prática associativa (reduzida, moderada e elevada) pelos indicadores relativos às atitudes e à participação não consubstancia na maior parte dos casos uma relação linear (quadro 2). No caso dos indicadores de participação, o comportamento é bastante oscilatório e contrário ao sentido expectável. Por exemplo, a participação eleitoral e política é mais elevada no nível mais baixo da prática associativa. E a participação comunitária atinge o apogeu no nível moderado. No campo das atitudes acontece o mesmo. Com efeito, exceptuando a consciência dos deveres políticos, o optimismo em relação ao país e a confiança nos outros, em que se observa um comportamento linear de acordo com a direcção prevista, os indicadores revelam a mesma tendência oscilatória e incoerente. Por vezes é no nível mais baixo da prática associativa que se registam os valores mais altos, como acontece no trabalho voluntário comunitário ou na defesa da democracia como a melhor forma de governação. Nos outros indicadores, os valores mais expressivos encontram-se no nível mais elevado da prática associativa mas o nível moderado surge quase sempre na última posição, ou seja, atrás do nível mais baixo da frequência associativa.

À luz destes resultados algo contraditórios, pode perguntar-se por que razão a intensidade do envolvimento associativo não se traduz linearmente na consolidação e aprofundamento da cultura cívica. Uma explicação poderá estar na natureza da actividade associativa, em especial na diferença entre a actividade desportiva, que, como se referiu, mobiliza o maior número de jovens, e as outras actividades associativas. Mas, como esta possível explicação se enquadra no âmbito da segunda hipótese, ou seja, de que o benefício associativo em termos de cultura cívica depende da natureza da associação, regressaremos a ela um pouco mais à frente depois de se rever o indicador da pertença múltipla.

Contrariamente à intensidade da prática, a pertença associativa múltipla exhibe um comportamento linear: a adesão a duas ou mais associações reforça os níveis de participação e desenvolve disposições mais favoráveis à causa pública e à responsabilidade colectiva. Vejamos alguns exemplos das diferenças entre a pertença múltipla e a simples. A acção comunitária quase que triplica (28,9%, contra 10,4%); a confiança duplica (respectivamente, 43,4% e 21,3%); o interesse pela política

**Quadro 2** Frequência associativa, pertença múltipla e cultura cívica

Práticas	Frequência						Pertença múltipla			
	Reduzida		Moderada		Elevada		Só uma		Duas ou mais	
	Média	%	Média	%	Média	%	Média	%	Média	%
Participação eleitoral	–	59,0	–	44,5	–	46,5	–	45,7	–	52,5
Participação política *	1,1	–	0,6	–	1,0	–	0,7	–	1,2	–
Participação comunitária (últimos 12 meses)	–	12,5	–	18,0	–	15,5	–	10,4	–	28,9
<i>Atitudes cívicas</i>										
Devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade	–	84,2	–	80,4	–	86,6	–	78,2	–	91,1
Trabalho voluntário na comunidade para resolução de problemas	–	69,0	–	59,6	–	66,0	–	58,5	–	73,7
Deveres cívicos**	6,4	–	6,2	–	6,5	–	6,3	–	6,5	–
Deveres políticos **	5,3	–	5,3	–	5,6	–	5,4	–	5,5	–
Deveres de solidariedade social **	5,3	–	5,3	–	5,4	–	5,4	–	5,3	–
<i>Atitudes relacionadas com o capital social</i>										
Sente optimismo em relação ao futuro do país	–	22,0	–	23,9	–	34,0	–	26,0	–	32,1
Pode-se confiar na maioria das pessoas	–	23,8	–	29,0	–	30,3	–	21,3	–	43,4
Sentimentos de autoconfiança ***	5,3	–	5,3	–	5,4	–	2,3	–	2,5	–
<i>Atitudes políticas</i>										
A democracia é a melhor forma de governo	–	79,5	–	76,2	–	77,1	–	74,3	–	77,2
Satisfação com a democracia	–	51,3	–	52,2	–	50,0	–	48,2	–	59,0
Desafecção política****	3,7	–	3,7	–	3,7	–	3,8	–	3,5	–
Competência política****	2,9	–	2,8	–	2,9	–	2,7	–	3,1	–
Interesse pela política	–	47,6	–	47,9	–	50,0	–	39,9	–	66,4

(\*) Escala de 1 a 3 (1. Sem participação; 2. Participação em 1 ou 2 acções; 3. Participação em 3 ou mais acções).

(\*\*) Escala de 1 a 7 (1. Nada importante e 7. Muito importante).

(\*\*\*) Escala de 1 a 4 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Alta; 4. Muito alta).

(\*\*\*\*) Escala de 1 a 5 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Mais ou menos alta; 4. Alta; 5. Muito alta).

As percentagens referem-se à modalidade de resposta "Sim". As variáveis são dicotómicas.

passa a ser maioritário (66,4%, contra 39,9%). Estes resultados confirmam o que qualquer observação empírica tenderia a indicar, ou seja, que a pertença a várias associações na medida em que implica um maior dispêndio de recursos (temporais, motivacionais e de actividade), pode ser também considerada uma medida de frequência da prática associativa. Neste sentido, a intensificação do envolvimento associativo, medida através do indicador de pertença múltipla, alarga a intervenção no espaço público e promove um espectro de atitudes consentâneo com uma cultura cívica mais consolidada. Mas se assim é, torna-se então necessário explicar a razão que não permitiu que essa relação ficasse também patente na análise da frequência da prática associativa.

### **Associações diferentes, benefícios desiguais**

A hipótese de o benefício da prática associativa depender da natureza das associações inscreve-se no âmbito da crítica dirigida às concepções optimistas sobre o papel por elas desempenhado na vida democrática das sociedades. A questão que essas críticas equacionam, como referimos, é a de saber se o facto de as pessoas se juntarem conduz sempre à boa cidadania. Duas ilações são possíveis. Uma delas, que está no cerne da terceira hipótese que exploraremos mais adiante, aponta para a possibilidade de o envolvimento associativo poder “desviar” o voluntário de uma participação mais ampla no espaço público, designadamente da participação política. A outra, de que nos ocuparemos agora, averigua se o efeito benéfico das associações deriva apenas da existência de laços associativos, sendo esse efeito, portanto, mais ou menos constante, ou se não dependerá também, porventura mais decididamente, da natureza das actividades desenvolvidas. Em suma, trata-se de encontrar uma resposta para a questão de saber se todas as associações são (boas) escolas de democracia.

Uma das dificuldades dos estudos quantitativos resulta da dimensão das amostras. Mesmo quando a dimensão é generosa, a pesquisa de objectos não muito expressivos, como é o caso do associativismo, confronta-se rapidamente com limitações quando se pretendem ventilar algumas variáveis numa subpopulação. Dada a base numericamente limitada, seria de todo impossível explorar a diversidade das dimensões envolvidas no universo associativo (objectivos, actividades, organização, valores, etc.), até porque o inquérito apenas contemplou um número bastante reduzido de dimensões. A diferenciação das associações terá de ser feita com base numa dimensão relevante e numericamente expressiva. Na medida em que preenche estas condições, a natureza das actividades associativas (desportiva, recreativa, cultural, etc.) proporcionará uma base segura para se avaliarem os efeitos diferenciados das associações na socialização cívica, política e cultural dos seus membros.

Partindo deste critério, optou-se, no entanto, por se diferenciar apenas entre as associações desportivas e as não desportivas por duas razões. A primeira razão reside no peso das actividades desportivas no universo associativo juvenil. Como respondem por cerca de metade da actividade associativa justifica-se que apareçam diferenciadas das outras actividades associativas, cujas expressões numéricas são, até por força do peso das associações desportivas, bastante mais reduzidas, justificando em certa medida a necessidade de agregá-las. Além da justificação numérica, existe outra razão que sustenta o interesse da divisão entre associações desportivas e não desportivas. Como a pertença associativa no caso das primeiras está normalmente mais relacionada com a prática desportiva do que com a actividade associativa propriamente dita, ao contrário do que acontece nas outras associações, pode admitir-se que a qualidade (e os efeitos) da participação seja bastante desigual nos dois casos, sugerindo desenvolvimentos divergentes, ou pelo menos não coincidentes, em termos de cultura cívica e política.

Confrontando, portanto, as associações desportistas com as associações não desportistas verificamos sistematicamente que as diferenças favorecem estas últimas (quadro 3). Os jovens filiados em associações não desportivas exibem claramente uma

**Quadro 3** Associação desportiva *versus* não desportiva

Práticas	Associação desportiva		Outra associação	
	Média	%	Média	%
Participação eleitoral	–	42,1	–	50,0
Participação política *	0,7	–	0,9	–
Participação comunitária (últimos 12 meses)	–	3,9	–	20,6
<i>Atitudes cívicas</i>				
Devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade	–	74,6	–	85,0
Trabalho voluntário na comunidade para resolução de problemas	–	55,4	–	65,9
Deveres cívicos**	6,2	–	6,4	–
Deveres políticos **	5,3	–	5,5	–
Deveres de solidariedade social **	5,2	–	5,4	–
<i>Atitudes relacionadas com o capital social</i>				
Sente optimismo em relação ao futuro do país	–	28,4	–	27,6
Pode-se confiar na maioria das pessoas	–	21,9	–	30,4
Sentimentos de autoconfiança ***	2,2	–	2,5	–
<i>Atitudes políticas</i>				
A democracia é a melhor forma de governo	–	76	–	75
Satisfação com a democracia	–	41,7	–	55
Desafectação política****	3,9	–	3,6	–
Competência política****	2,7	–	2,9	–
Interesse pela política	–	33,8	–	52,9

(\*) Escala de 1 a 3 (1. Sem participação; 2. Participação em 1 ou 2 acções; 3. Participação em 3 ou mais acções).

(\*\*) Escala de 1 a 7 (1. Nada importante e 7. Muito importante).

(\*\*\*) Escala de 1 a 4 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Alta; 4. Muito alta).

(\*\*\*\*) Escala de 1 a 5 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Mais ou menos alta; 4. Alta; 5. Muito alta).

As percentagens referem-se à modalidade de resposta "Sim". As variáveis são dicotómicas.

presença mais forte no espaço público, designadamente em termos do envolvimento eleitoral, político e sobretudo comunitário (20,6%, contra 3,9%).

As diferenças verificadas ao nível da participação encontram também eco nas atitudes. De facto, as atitudes dos jovens não desportivamente associados parecem favorecer mais facilmente a afirmação da cidadania. Em relação aos seus congéneres desportistas, mostram-se mais abertos às responsabilidades e aos deveres colectivos, revelam sentimentos mais intensos de confiança nos outros e de autoconfiança, e manifestam um interesse político e uma identificação democrática mais acentuados. Referindo alguns exemplos: 65,9%, contra 55,4% dos jovens desportistas, defendem o trabalho voluntário para a resolução de problemas comunitários; 30,4%, contra 21,9%, acham que se pode confiar na maioria das pessoas; e, 52,9%, contra 33,8%, têm interesse na política.

Estas diferenças numéricas sublinham o aspecto que procuramos evidenciar: o tipo de associação, designadamente a natureza das actividades que a associação promove, produz efeitos diferenciados na cultura cívica dos jovens. Como se constata, as associações de natureza desportiva geram efeitos menos intensos de socialização. Aparentemente, pode sustentar-se que a actividade

desportiva não promove uma participação tão intensa quanto a que resulta das actividades desenvolvidas pelas associações não desportivas, sendo por isso a natureza das actividades associativas uma condicionante essencial no desenvolvimento da cultura cívica dos jovens.

A avaliação do argumento mostra, no entanto, que o problema do efeito de socialização diferenciado pode não residir na actividade ou na finalidade da associação mas no estatuto dos jovens associados. É necessário ter em conta que o estatuto de participação dos jovens pode não ser o mesmo. Com efeito, uma distinção crucial que é necessário ter em consideração nos jovens associados é entre os que apenas assumem um estatuto de “utentes” ou de “clientes”, ou seja, os que aderem a uma associação para poderem beneficiar dos “serviços” por ela proporcionados, e os que participam de forma activa na vida da associação e na organização das actividades que promove. O tipo de estatuto dos jovens associados poderá constituir uma explicação das diferenças observadas entre associações desportivas e não desportivas: as primeiras promovem muito mais facilmente o estatuto de “utente”/“cliente” do que as segundas.

É também com base nesta distinção que se poderá explicar a incoerência verificada a propósito da relação, ou mais precisamente a ausência de associação, entre a frequência da prática associativa e a cultura cívica. Como se viu, o envolvimento associativo medido através da frequência da actividade não revelou uma associação positiva com a cultura cívica, contrariamente ao que seria de esperar, atendendo à intensificação do efeito de socialização. Contudo, a consideração do estatuto de “utente”/“cliente” proporciona uma possível explicação para esta incoerência, sobretudo se tivermos em atenção que esse estatuto, como referimos, está muito generalizado no mundo do desporto. Se um jovem associado participa numa associação enquanto “utente”/“cliente”, é perfeitamente natural, como ocorre na prática desportiva, que a intensificação da actividade não se traduza em ganhos no plano das representações e das atitudes cívicas ou políticas, na medida em que essa intensificação não envolve um compromisso com a associação nem com a organização das suas actividades e “serviços”.

Consequentemente, o efeito benéfico que uma associação pode exercer nos seus associados não depende tanto das actividades ou das finalidades que promove, mas mais do estatuto de participação dos seus associados. Como se viu, certas associações, como as desportivas, promovem mais facilmente do que outras o estatuto de “utente”/“cliente”, mas isso não significa necessariamente que nessas mesmas associações não se possa também observar um efeito de socialização benéfico. Sem dúvida que esse efeito, atendendo aos dados analisados, terá sempre um impacto limitado nos jovens “utentes”/“clientes”, mas será bastante mais profícuo nos jovens que desenvolvem trabalho associativo mesmo que numa associação desportiva. A questão central permanece a mesma, independentemente da natureza da associação. Do ponto de vista da socialização cívica, política e cultural, o que importa sublinhar são as actividades que promovem as referidas virtudes cívicas e competências sociais. E ambas podem ser adquiridas em qualquer associação desde que animada por valores democráticos.

### Acção social e participação política

Um outro criticismo que se tem colocado na relação entre as associações e a democracia equaciona o efeito da acção voluntária na participação política. Sustenta-se, por vezes, que determinadas formas de associativismo, particularmente a acção voluntária altruísta, promovem uma visão crítica e céptica em relação ao “poder político” que, em vez de fomentar, desmotiva a intervenção política. É precisamente esta hipótese que agora procuraremos explorar. Se, no caso do associativismo desportivo, o efeito mais limitado da socialização cívica, política e cultural deveria ser imputado ao fraco envolvimento na vida associativa propriamente dita, no caso do voluntariado social, a verificarem-se efeitos igualmente reduzidos, a razão terá de imputar-se às idiosincrasias ideológicas que animam essas associações.

As associações sob escrutínio, designadas por associações de voluntariado social, restringem-se apenas às que desenvolvem um trabalho altruísta de auxílio aos outros, em que as actividades não são realizadas em prol ou benefício dos membros da associação, mas orientam-se no sentido de proporcionarem um serviço à comunidade. Os dados do inquérito procuraram captar esta distinção adoptando uma definição de acção voluntária que não fosse entendida como equivalente a trabalho associativo, acentuando por isso a necessidade de o trabalho de ajuda aos outros não ter qualquer contrapartida ou compensação monetárias. Esta definição transforma o trabalho voluntário num tipo particular de associativismo de âmbito e dimensão, naturalmente, mais limitados. A questão que interessa agora avaliar é a de saber se o voluntariado social diverge ou não do associativismo em geral no que respeita à participação no espaço público mais amplo, especialmente no domínio político.

A comparação entre as associações de voluntariado social e as restantes permite criar um perfil dos jovens voluntários (quadro 4). Do ponto de vista das diferentes práticas de participação revelam-se sempre mais activos, sendo as diferenças particularmente significativas no que respeita aos indicadores de envolvimento político (três vezes superior ao dos outros jovens associados) e, como seria de esperar, de acção comunitária nos últimos doze meses (quase sete vezes superior). Os jovens voluntários têm ainda níveis de participação mais elevados no domínio eleitoral, ainda que a diferença, neste caso, não seja comparável à que se verifica nos outros dois indicadores de participação.

Quanto à consciência e responsabilidades cívicas, as diferenças são igualmente bastante significativas. Desde logo, os jovens voluntários assumem mais intensamente um sentido de responsabilidade colectiva e de consciência dos deveres cívicos. Por exemplo, 74, 8% dizem acreditar no trabalho comunitário voluntário como forma de resolver os problemas (contra 55, 5% dos restantes jovens associados). São também mais optimistas, confiantes e capacitados da eficácia da sua acção. Mas é em relação às atitudes políticas que os resultados surpreendem, tendo em consideração que a hipótese que desenvolvemos apontava para a desvinculação do voluntariado social da esfera política. Os jovens voluntários crêem mais na democracia e manifestam mais vezes satisfação com o seu funcionamento. Experimentam menos frequentemente o sentimento de desafectação em relação ao sistema político e assumem-se politicamente mais competentes e interessados. As

**Quadro 4** Voluntários versus não voluntários

Práticas	Não voluntário		Voluntário	
	Média	%	Média	%
Participação eleitoral	–	37,4	–	39
Participação política *	0,4	–	1,2	–
Participação comunitária (últimos 12 meses)	–	3,5	–	22,6
<i>Atitudes cívicas</i>				
Devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade	–	73,4	–	95,5
Trabalho voluntário na comunidade para resolução de problemas	–	55,5	–	74,8
Deveres cívicos **	6,3	–	6,5	–
Deveres políticos **	5,3	–	5,6	–
Deveres de solidariedade social **	5,2	–	5,5	–
<i>Atitudes relacionadas com o capital social</i>				
Sente optimismo em relação ao futuro do país	–	24,6	–	29,5
Pode-se confiar na maioria das pessoas	–	20,4	–	33,9
Sentimentos de autoconfiança ***	2,1	–	2,5	–
<i>Atitudes políticas</i>				
A democracia é a melhor forma de governo	–	69,3	–	77,1
Satisfação com a democracia	–	42,6	–	57,5
Desafectação política ****	3,9	–	3,8	–
Competência política ****	2,6	–	2,9	–
Interesse pela política	–	27	–	59,2

(\*) Escala de 1 a 3 (1. Sem participação; 2. Participação em 1 ou 2 acções; 3. Participação em 3 ou mais acções).

(\*\*) Escala de 1 a 7 (1. Nada importante e 7. Muito importante).

(\*\*\*) Escala de 1 a 4 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Alta; 4. Muito alta).

(\*\*\*\*) Escala de 1 a 5 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Mais ou menos alta; 4. Alta; 5. Muito alta).

As percentagens referem-se à modalidade de resposta "Sim". As variáveis são dicotómicas.

diferenças são relevantes. Considerando o caso em que a amplitude é a mais elevada, revelam um interesse pela política duas vezes superior aos dos outros jovens associados (mais precisamente, 59,2% contra 27%).

A leitura dos dados analisados aponta claramente para um sentido contrário ao da hipótese de que partimos. A prática do voluntariado social em vez de funcionar como um inibidor parece antes estimular e reforçar a participação política e a intervenção no espaço público. Os jovens voluntários estão politicamente mais envolvidos e dedicam mais atenção às responsabilidades e deveres da cidadania. Não se recolheu qualquer evidência de que a "ideologia" do voluntariado social possa funcionar como um dissuasor da acção política sustentado a partir de um sentido moral crítico. Pelo contrário, se existir uma ideologia do voluntariado, o efeito que exerce é no sentido de reforçar uma participação pública mais ampla.

### Influências estruturais do associativismo

Os dados analisados parecem ir ao encontro da posição de Tocqueville segundo a qual as associações trazem benefícios importantes para o desenvolvimento da vida

democrática (Tocqueville, 2001). Os jovens que fazem parte de associações, especialmente de associações que privilegiam o voluntariado social ou que se dedicam a atividades não desportivas, revelam-se sistematicamente mais presentes no espaço público e exibem atitudes mais consentâneas com as responsabilidades e as obrigações de cidadania. As associações parecem funcionar como escolas de democracia, proporcionando aos seus membros competências sociais que os tornam mais aptos a intervirem politicamente ao mesmo tempo que incutem e reforçam as “virtudes cívicas” que promovem o interesse comum e a tolerância em relação aos outros. Apesar deste efeito benéfico, o impacto do associativismo permanece limitado na medida em que mobiliza, como referimos, uma parte relativamente modesta do universo juvenil. Além desta disseminação reduzida, a avaliação do efeito benéfico tem também de ponderar a distribuição da participação associativa no espectro social. Ou seja, independentemente do número de jovens envolvidos, interessa analisar a representação do associativismo nas diferentes categorias sociais. A distribuição será mais ou menos uniforme ou haverá uma representação mais forte de determinadas categorias sociais? Se determinadas categorias estiverem mais representadas no movimento associativo, poder-se-á pensar que o efeito benéfico referido não resulta apenas da pertença associativa mas também dos atributos sociais dos jovens associados. Neste caso, o papel das associações na animação da vida democrática não poderia ser apenas atribuído à experiência de socialização cívica, política e cultural que promovem, sendo necessário ter em conta outras influências sociais.

A classe social e a educação são duas variáveis que mantêm associações significativas com a participação social e política, sendo, por conseguinte, previsível que evidenciem igualmente uma associação com o associativismo, na medida em que constitui também uma forma de participação. A hipótese que se equaciona postula não apenas que as variáveis “estruturais” terão um impacto positivo no associativismo, discriminando desde logo entre jovens associados e não associados, como também serão relevantes na diferenciação dos níveis de participação e de cultura cívica associados aos vários tipos de associações (desportivas, de voluntariado social, etc.). De que modo a educação e a posição de classe se articulam a esses diferentes níveis de participação e de cultura cívica será a questão central que importa agora esclarecer.

Os resultados obtidos no que respeita à distinção entre jovens associados e não associados confirmam as relações conhecidas entre, por um lado, a participação social e a política, e, por outro, as variáveis *classe social*<sup>5</sup> e *educação* (quadro 5). Com efeito, verificamos que os jovens de níveis educacionais mais altos e das classes favorecidas tendem a estar mais representados no associativismo. Por exemplo, o peso da categoria *ensino superior* nos jovens associados é de 28,3% enquanto nos jovens não associados é de apenas 12,2%; ou que a representação da *nova burguesia assalariada* é nessas duas populações, respectivamente, de 17,2% e 11,6%. Constituindo uma forma

---

5 A classificação de classes adoptada resulta da adaptação da proposta de Erikson e Goldthorpe (1993), que conjuga a profissão de cada indivíduo ou a do seu pai (classificação nacional das profissões INE) com a situação na profissão. Em termos de operacionalização seguiram-se os mesmos procedimentos descritos por Cabral (1998).

**Quadro 5** As diferenças estruturais do associativismo(1)

	Total	Sem pertença associativa	Pertença associativa	Associação desportiva*	Associação não desportiva*	Não voluntário	Voluntário
Ensino básico	46,5	51,2	33,2	43,4	29,3	50,2	26,3
Ensino médio	37,1	36,6	38,5	43,4	36,2	36,2	38,7
Ensino superior	16,4	12,2	28,3	13,2	34,6	13,5	35,0
		(V=0,211; p=0,000)		(V=0,220; p=0,002)		(V=0,221; p=0,001)	
Burguesia	9,6	7,9	13,8	13,2	14,1	7,9	19,5
Nova burguesia assalariada	13,1	11,6	17,2	7,9	21,1	11,9	20,3
Pequena burguesia tradicional	3,5	3,0	5,0	9,2	3,2	3,2	4,5
Salariado não-manual	40,5	42,3	36,0	39,5	34,6	41,4	35,3
Trabalhadores independentes	3,8	4,4	2,3	1,3	2,7	3,9	2,3
Salariado manual	29,5	30,8	25,7	28,9	24,3	31,7	18,0
		(V=0,142; p=0,002)		(n.s.)		(V=0,184; p=0,000)	

As relações entre as variáveis foram também medidas através do V de Cramer. Esta medida de associação baseia-se na estatística de qui-quadrado e varia entre 0 (ausência de associação) e 1 (associação perfeita).

(\*) Respeita apenas ao universo dos jovens associados

de participação, o associativismo não poderia deixar de exibir o mesmo padrão de relações. Mas essas relações manifestar-se-ão do mesmo modo nas manifestações associativas que se encontram associadas aos níveis mais elevados de participação política e de consciência cívica? A resposta é afirmativa. Quer o associativismo não desportivo, quer o voluntariado social ventilam mais fortemente a categoria *ensino superior* e as classes *burguesas*. Ilustrando as diferenças apenas em relação à categoria *ensino superior*, verifica-se uma representação de 13,2% no associativismo desportivo, de 34,6% no não desportivo, e de 35% no voluntariado social. As manifestações associativas não são, portanto, independentes das divisões sociais, havendo, conseqüentemente, condicionantes sociais que afectam não apenas a participação associativa no seu conjunto como também a adesão aos diferentes tipos de associações.

Ora, esta diferenciação social do associativismo conduz à necessidade metodológica de relativizar os contributos benéficos das associações. Com efeito, se os jovens associados revelam uma instrução mais elevada e uma origem social nos sectores burgueses e, simultaneamente, exibem níveis mais intensos de participação e de cultura cívica, temos então de admitir que as competências sociais e as virtudes cívicas, que supostamente são inculcadas pela participação associativa, se diluem, pelo menos em parte, nas diferenças que se observam na base social do associativismo. De facto, não parece sustentável defender que o *output* das associações, isto é, o efeito de socialização cívica, política e cultural, seja imune à natureza dos recursos sociais e simbólicos dos jovens associados. Parece mais realista sustentar que a presença de determinadas disposições favorece não apenas a adesão a determinadas formas de associativismo como, possivelmente, também reforça a cultura democrática que a acção associativa não deixa de promover.

### Nota final

A questão colocada no subtítulo — “faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?” — recebe, sem dúvida, uma resposta positiva. Os dados reunidos mostram haver uma diferença nas atitudes cívicas e políticas entre jovens associados e não associados. A experiência associativa ajuda a consolidar o sentido da cidadania. Por isso as associações podem ser vistas, e não apenas como metáfora, como escolas de democracia, ainda que o efeito benéfico que promovem na vida democrática tenha um impacto limitado em virtude do número relativamente modesto de jovens que participam na experiência associativa. Esta limitação é ainda acentuada pelo facto de parte importante dessa experiência se encontrar vinculada à prática desportiva. As associações são diferentes nas suas finalidades e organização, marcando de forma diferenciada as atitudes cívicas e políticas dos seus membros. As associações que prestam “serviços” a uma comunidade de utentes, como as desportivas, revelam-se menos eficazes na promoção do sentido das responsabilidades e obrigações colectivas.

A experiência associativa articula-se à participação política. O aprofundamento do envolvimento na vida das associações é acompanhado por um interesse redobrado pelos assuntos políticos. Não se registou qualquer indicação de que nos jovens certas formas de associativismo, especialmente as que se inscrevem no campo do voluntariado social, possam afastá-los do campo político. Pelo contrário, a prática do voluntariado social insere o jovem no espaço público mais amplo.

Por último, é necessário relativizar o efeito benéfico exercido pelas associações em prol da vida democrática tomando em consideração a base de mobilização social do associativismo. As competências sociais e as virtudes cívicas que o trabalho associativo supostamente inculque nos seus membros, contribuindo para a formação de bons cidadãos, não podem ser desligadas de outras influências, designadamente a classe de pertença e a escolaridade. Neste sentido, as potencialidades que são desenvolvidas pelo associativismo assentam em situações e heranças sociais e culturais que têm o seu peso, porventura, em alguns casos, até decisivo, na explicação das atitudes cívicas e políticas dos jovens associados.

### Anexos

#### *Anexo 1 Sobre o processo de amostragem*

O processo de amostragem do estudo contemplou três etapas:

- 1) Selecção de estratos e localidades. Tendo em conta o universo definido, foi realizada uma primeira estratificação por Nutes (Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa e Vale do Tejo, Região do Alentejo, Região do Algarve) e Habitat (Inferior a 2.000 habitantes, de 2.000 a 10.000 habitantes, de 10.000 a 30.000 habitantes, de 30.000 a 100.000 habitantes e de 100.000 ou proporcional das 100 localidades de acordo com a dimensão de cada estrato.

- 2) Selecção do número de entrevistas. A definição do número de entrevistas em cada estrato foi proporcional à dimensão do mesmo. No entanto, a distribuição dos contactos não foi proporcional aos estratos, considerando as taxas de resposta estimadas para cada estrato. Admitindo-se uma distribuição não proporcional das entrevistas, foram utilizados 4486 contactos para se obterem no final 1000 entrevistas reais, obtendo-se uma taxa de resposta global de 57,7%.
- 3) Selecção dos indivíduos. Em cada lar, através da pergunta sobre a composição do lar (por *sexo* e *idade*) foram seleccionados aleatoriamente os indivíduos com recurso ao método do último aniversariante. Este primeiro contacto foi sempre pessoal e, quando necessário, foram realizados posteriores contactos telefónicos (no máximo cinco contactos telefónicos posteriores) a fim de facilitar a realização da entrevista. Não foram permitidas substituições. Ao fim de quatro contactos pessoais sem sucesso, efectuados a diferentes horas, ou recusa do entrevistado, o contacto foi considerado falhado. Nos casos em que o indivíduo seleccionado foi considerado não elegível (ou seja, no caso de não falar português ou de não estar física ou psicologicamente apto a responder) foi seleccionado o penúltimo aniversariante. Não foi considerado como uma substituição mas sim como uma segunda selecção. Em resumo, foram utilizados no total 4486 contactos, entre os quais 2753 foram considerados contactos não elegíveis e 1733 foram considerados contactos elegíveis. A taxa máxima de recusas foi de 26,0% e a taxa máxima de não contactos foi de 16,3% — considerando-se como não contacto a não presença da pessoa seleccionada nas quatro visitas aos lares considerados elegíveis para este estudo. Não foram considerados lares elegíveis os que foram identificados como segunda residência, residência de férias, residência de emigrantes e aldeamentos turísticos.
- Finalmente, para corrigir a discrepância entre os dados amostrais e os dados da população (provenientes das estatísticas nacionais oficiais) relativamente à idade, ao sexo e à distribuição geográfica (Nutes II), foi utilizado um ponderador.

### *Anexo 2 A construção dos indicadores*

---

#### Pertenças associativas

##### Participação em associação

Para começar, gostaria de saber se participa ou é membro de alguma associação. Pertence a alguma das organizações ou associações indicadas na seguinte lista? Associações comunitárias ou de assistência social; associações religiosas ou de igreja/paroquiais; associações culturais ou artísticas (música, dança, teatro); associações profissionais; sindicatos; partidos políticos/juventudes partidárias; movimento ou organizações de direitos humanos; associações para a protecção da natureza, dos animais ou do ambiente; associações de juventude; associações de consumidores; associações de estudantes; associações/clubes desportivos; associações/clubes em torno de um interesse específico ou de um hobby (coleccionadores, clubes de aeromodelismo, etc.); outros clubes ou associações.

---

Participação em associação desportiva	associações/clubes desportivos.
Participação no voluntariado social	Pensando nos últimos três anos, ocupou algum do seu tempo a participar em qualquer tipo de serviços comunitários ou de actividades voluntárias, ou nunca teve tempo ou interesse para fazer isso? (Por actividade voluntária não se entende apenas a pertença a uma associação, mas a realização de um trabalho de ajuda aos outros sem receber qualquer pagamento monetário).
Práticas participativas	
Participação eleitoral	Votou nas últimas eleições legislativas?
Participação política	Variável com três modalidades: 1) sem participação; 2) participação em 1 ou 2 acções; 3) participação em 3 ou mais acções. As acções políticas contempladas são as seguintes: a) assinar uma petição ou um abaixo-assinado; b) boicotar ou comprar deliberadamente, certos produtos por razões de natureza política, ética ou ambiental; c) participar em manifestações ou acções de protesto; d) ir a um comício político; e) participar em greves; f) contactar, ou tentar contactar, um político ou uma autoridade para expressar a sua posição; g) dar dinheiro ou recolher fundos para uma actividade social; h) contactar ou aparecer na comunicação social a expressar as suas opiniões; i) participar num fórum político através da internet ou num grupo de discussão; j) divulgar propaganda partidária através da roupa, de autocolantes ou de cartazes.
Participação comunitária	Alguma vez trabalhou informalmente com alguém ou com um grupo para resolver um problema na comunidade em que vive?
Atitudes cívicas	
Empenhamento na melhoria da sociedade	Devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade.
Participação na acção comunitária	Realizar trabalho voluntário na comunidade para resolução de problemas locais.
Deveres cívicos	Variável construída com base nos seguintes itens: pagar sempre os impostos; obedecer sempre às leis e regulamentos; procurar compreender o pensamento das pessoas com outras opiniões; cumprir as regras de trânsito seja como peão ou como automobilista; contribuir para um ambiente melhor separando o lixo e colocando-o nos locais correctos; não danificar a propriedade pública (não deitar lixo para o chão, não escrever nas paredes, etc. Ser tolerante com as pessoas que são diferentes de mim. A escala é composta por 7 posições, variando de 1 (nada importante) a 7 (muito importante).
Deveres políticos	Variável construída com base nos seguintes itens: votar sempre nas eleições; vigiar a acção do governo; participar activamente em associações sociais ou políticas; escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais, mesmo que custem um pouco mais. A escala é composta por 7 posições, variando de 1 (nada importante) a 7 (muito importante).
Deveres de solidariedade social	Variável construída com base nos seguintes itens: ajudar em Portugal as pessoas que vivem pior do que eu; ajudar as pessoas que, no resto do mundo, vivem pior do que eu. A escala é composta por 7 posições, variando de 1 (nada importante) a 7 (muito importante).
Atitudes relacionadas com o capital social	
Confiança nos outros	De uma forma geral, acha que todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas ou acha que se pode confiar na maioria das pessoas?
Optimismo em relação ao futuro do país	Quando pensa em Portugal, sente optimismo em relação ao futuro do país ou pelo contrário considera existirem razões para que se olhe o futuro com preocupação?

A autoconfiança	Variável resultante da agregação das seguintes questões: a) Pensando nos problemas que existem à nossa volta, em que medida considera que, se decidisse fazer alguma coisa, a sua acção seria eficaz ou não eficaz no sentido de os resolver. b) Imagine uma lei (nacional) que considerasse injusta ou prejudicial. Neste caso, qual seria a probabilidade de fazer algo, quer agisse sozinho ou em conjunto com outros? c) Se decidisse fazer algo, qual seria a probabilidade dessa reivindicação ser ouvida pelo governo ou os seus representantes? Escala de 4 posições (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Alta; 4. Muito alta).
Atitudes políticas Avaliação da democracia	Muitas pessoas pensam que a democracia é a melhor forma de governo. Concorda completamente, concorda, não concorda nem discorda, discorda ou discorda completamente com esta opinião?
Satisfação c/ a democracia	De uma forma geral, encontra-se muito satisfeito, mais ou menos satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com a forma como a democracia funciona em Portugal?
Desafecção política	Indicador composto formado a partir de três questões colocadas pela seguinte pergunta: Vou ler-lhe um conjunto de opiniões relativas à actividade política. Diga-me, por favor, se concorda muito, concorda, não concorda nem discorda, discorda ou discorda muito em relação a cada uma delas? a) Pessoas como eu não têm qualquer influência sobre o que o Governo faz; b) Penso que os políticos não se interessam muito com o que as pessoas como eu pensam; c) Os políticos estão apenas interessados nos votos das pessoas e não nas suas opiniões. Escala de 5 posições.
Competência política	Indicador composto formado a partir de três questões: a) Sinto que tenho uma boa compreensão dos problemas políticos mais importantes com que o país se debate. b) Às vezes a política parece tão complicada que pessoas como eu não conseguem perceber o que se passa (escala invertida). c) Penso que posso ter um papel activo num grupo que se interessa por questões políticas. Escala de 5 posições.
Interesse pela política	Qual o seu grau de interesse pela actividade política? (1. Nenhum interesse; 2. Pouco interesse; 3. Algum interesse; 4) Muito interesse.

### Referências bibliográficas

- Almond, G., e S. Verba (1963), *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton, Princeton University Press.
- Cabral, M. V. (1998), "Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal", *Análise Social*, XXXIII (146/147), pp. 381-414.
- Erikson, R., e J. H. Goldthorpe (1993), *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.
- Fung, A. (2003), "Associations and democracy: between theories, hopes and realities", *Annual Review of Sociology*, 29, pp. 515-539.
- McFarland, D. A., e R. J. Thomas (2006), "Bowling young: how voluntary associations influence adult political participation", *American Sociological Review*, 71, pp. 401-425.
- Paxton, P. (2002), "Social capital and democracy: an interdependent relationship", *American Sociological Review*, 67, pp. 50-67.
- Portes, A. (1998), "Social capital: its origins and applications in modern sociology", *Annual Sociological Review*, 24, pp. 1-24.
- Putnam, R. (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, Nova Iorque, Simon & Schuster.

- Robteutscher, S. (2000), "Democracia associativa: as associações voluntárias como campo de treino para a democracia", em J. M. L. Viegas e E. Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 233-254.
- Stolle, D., e T. R. Rochon (1998), "Are all associations alike? Member diversity, associational type and the creation of social capital", *American Behavioral Scientist*, 42 (1), pp. 47-65.
- Theiss-Morse, E., e J. R. Hibbing (2004), "Citizenship and engagement", *Annual Review of Political Science*, 8, pp. 227-249.
- Tocqueville, A. (2001), *Da Democracia da América*, Cascais, Principia.
- Viegas, J. M. L. (2004), "Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 33-50.
- Walker, T. (2002), "Service as a pathway to political participation: what research tells us", *Applied Developmental Science*, 6, pp. 183-188.
- Warren, M. (2001), *Democracy and Associations*, Princeton, Princeton University Press.
- Wilson, J. (2000), "Volunteering", *American Review of Sociology*, 26, pp. 215-240.

Pedro Moura Ferreira. Investigador do Instituto de Ciências Sociais. E-mail: pmferreira@ics.ul.pt

### **Resumo/ abstract/ résumé/ resumen**

*Associações e democracia: faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?*

O objectivo do presente artigo consiste em explorar o impacto da participação associativa na cultura cívica dos jovens portugueses. A análise privilegia essencialmente dois planos. No primeiro equaciona-se o efeito diferenciador da prática associativa nas "virtudes" e competências cívicas, procurando articulá-lo com outras propriedades estruturais. No segundo plano contempla-se o efeito de socialização proporcionado pelo tipo de pertença associativa, ou seja, avalia-se em que medida as actividades associativas produzem desenvolvimentos desiguais em termos de cultura cívica juvenil. A base empírica decorre de numa pesquisa extensiva por questionário a uma amostra de mil indivíduos representativa da população juvenil portuguesa.

Palavras-chave juventude, associações, cultura cívica, socialização política, participação social e política.

*Associations and democracy: do associations make any difference in the civic culture of Portuguese youth?*

The goal of this article is to explore the impact of participation in associations on the civic culture of Portuguese youth. The analysis essentially gives priority to two aspects. The first considers the distinguishing effect of belonging to associations on “virtues” and civic skills and seeks to connect this effect with other structural properties. The second aspect contemplates the socialisation effect provided by the type of association membership, that is, it evaluates how far association activities produce unequal developments in terms of the civic culture of the youth. The empirical basis is the result of extensive research by questionnaire on a representative sample of Portuguese youth, involving a thousand people.

Key-words youth, associations, civic culture, political socialisation, social and political participation.

*Associations et démocratie: l’associativité joue-t-elle un rôle dans la culture civique chez les jeunes portugais?*

Cet article se penche sur l’impact de la participation associative sur la culture civique des jeunes portugais. L’analyse privilégie essentiellement deux axes. Le premier mesure l’effet différenciateur de la pratique associative sur les “vertus” et les compétences civiques, en cherchant à l’articuler à d’autres propriétés structurelles. Le deuxième axe observe l’effet de socialisation provoqué par le type d’appartenance associative; autrement dit, il évalue dans quelle mesure les activités associatives produisent des développements inégaux en termes de culture civique chez les jeunes. La base empirique repose sur une vaste recherche menée au moyen d’un questionnaire auquel a répondu un échantillon de mille individus représentatifs de la jeunesse portugaise.

Mots-clés jeunesse, associations, culture civique, socialisation politique, participation politique et sociale.

*Asociaciones y democracia: genera el asociativismo alguna diferencia en la cultura cívica de los jóvenes portugueses?*

El objetivo de este artículo consiste en explorar el impacto de la participación asociativa en la cultura cívica de los jóvenes portugueses. El análisis se encuadra esencialmente dos puntos de vista. En el primero se estudia el efecto diferenciador de la práctica asociativa en las “virtudes” y cualidades cívicas, buscando articularlo con otras propiedades estructurales. En el segundo se contempla el efecto de socialización proporcionado por el tipo de asociación a la cual el individuo pertenece, o sea, se evalúa en qué medida las actividades asociativas producen

desarrollos desiguales en términos de cultura cívica juvenil. La base empírica de este estudio, se fundamenta en una búsqueda extensiva a través de cuestionarios a una muestra de mil individuos, representativa de la población juvenil portuguesa.

Palabras-llave juventud, asociaciones, cultura cívica, socialización política, participación social y política.